

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Industrial e Educacional do Espírito Santo (Ideies), entidade do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores econômicos da indústria, bem como aqueles referentes a setores relacionados e que impactam o desempenho industrial.

O Boletim está dividido em sete seções. A primeira se alterna a cada mês, ora trazendo um **Assunto em Destaque**, ora um **Especialista Convidado**. Nesta edição, a convidada é **Angela Morandi**, economista, doutora em economia, professora aposentada do Departamento de Economia da Ufes, pesquisadora e consultora.

A segunda seção – **Cenário Econômico** – apresenta os últimos dados da atividade econômica e o desempenho geral dos setores, relativos ao Brasil e ao Espírito Santo.

Na terceira seção – **Desempenho Industrial** – dados como a produção física e os índices de confiança são analisados de forma mais detalhada, com comparações entre o desempenho brasileiro e o capixaba.

A quarta seção – **Comércio Exterior** – discorre sobre exportação e importação no Espírito Santo, o saldo da balança comercial, além de apresentar a evolução dos preços das commodities.

A quinta seção – **Crédito** – aborda o desempenho deste mercado, analisando o saldo de operações, taxa de inadimplência e spread bancário, além de aspectos das reformas microeconômicas para o setor.

A sexta seção – **Finanças Públicas Estaduais** – analisa a evolução da arrecadação do Governo do Estado do Espírito Santo no primeiro bimestre de 2018, comparando os resultados com os anos anteriores.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

O objetivo do Boletim Econômico Capixaba é apresentar os últimos dados disponíveis de cada variável. Assim, para algumas – como produção física, comércio e serviços –, a última informação refere-se a janeiro de 2018. Para outras, como inflação, comércio exterior, crédito e finanças públicas, os números mais recentes são de fevereiro de 2018. Os dados apresentados são aqueles disponíveis até o dia 26/03/2018.

Ótima leitura!

Seções

1. *Especialista Convidada – Angela Morandi* 02
2. *Cenário Econômico* 05
3. *Desempenho Industrial* 11
4. *Comércio Exterior* 13
5. *Crédito* 18
6. *Finanças Públicas Estaduais* 21
7. *Comentários Finais* 24

1. Especialista Convidada – Angela Morandi

Reflexões sobre o futuro da indústria no Espírito Santo

Em meio a turbulências, o mais prudente, muitas vezes, é ter calma, se distanciar, olhar de longe e intervir de forma racional. No âmbito da economia, estamos vivendo um momento de intensas mudanças que parecem fora do nosso controle e entendimento, tal a velocidade e alcance das transformações que nos cercam no cotidiano. No mundo da indústria, em particular, estamos às portas da chamada quarta revolução industrial, ou indústria 4.0, cujas consequências em termos de domínio de mercados, criação e manutenção de postos de trabalho, qualificação exigida das pessoas, estão longe de estarem esclarecidas e, muito menos, a abrangência dessas mudanças em relação aos demais setores da economia. Tudo isso exige momentos de reflexão, adequações e reposicionamentos.

O objetivo aqui é justamente alertar para o momento propício de se pensar o futuro da indústria capixaba, levando em consideração sua trajetória, ponderando sobre suas potencialidades e, principalmente, atentando para os entraves e gargalos ainda presentes.

Atualmente, o Espírito Santo é um dos estados brasileiros com a maior taxa de industrialização, medida pela participação da indústria no PIB total, que equivale a 31,1%, atrás apenas do Amazonas, com 33,3%. Porém, em 1960 ainda havia o predomínio absoluto do setor agrícola na economia capixaba enquanto a indústria contava com poucos estabelecimentos e contribuía de forma irrisória para a formação da riqueza estadual. O que ocorreu nesse intervalo de pouco mais de meio século, em que toda a base econômica do estado foi reestruturada em direção à indústria?

As fortes transformações verificadas no panorama capixaba, durante as décadas de 1960 e 1970, decorreram, em grande medida, da crise da cafeicultura, até então o principal esteio da economia, do emprego, das exportações e das finanças públicas do estado.

A política federal de erradicação dos cafezais improdutivos atingiu em cheio o Espírito Santo, tradicional estado cafeicultor, que chegou a perder 70% da área plantada com café, sem dispor de um substituto de sua envergadura no tocante à geração de postos de trabalho e renda estadual. A consequência imediata foi a expulsão de grande parte da população residente no meio rural para o ambiente urbano, sobretudo para a região metropolitana. Com isso, a taxa de urbanização se elevou de 28,4% para 45,2%, entre 1960 e 1970, e a população relativa do conjunto dos municípios da metrópole saltou de 15,3% da população total para 26,2%, respectivamente, provocando uma crise sem precedentes, sobretudo pela falta de oportunidades de emprego para essa população.

A superação da crise apontava para o caminho da promoção do setor industrial. E, de fato, entre 1960 e 1970, a participação da indústria no PIB estadual se elevou de 5,3% para 17,1%, enquanto a proporção de trabalhadores no setor industrial cresceu de 6,0% para 13,6%. O esforço empreendido não foi pequeno, dadas as condições do estado naquele momento, e foi deliberadamente comandado por muitas mãos, tornando-se claro para os condutores das políticas públicas e para os empresários que a gravidade da crise demandava união política e ação coordenada.

Em conjunto, o governo do Estado, a Federação das Indústrias do Espírito Santo, constituída em fevereiro de 1958, e a Federação do Comércio, de 1954, se puseram em campo para a elaboração de diagnósticos precisos da situação socioeconômica do estado, promovendo intensos debates até se chegar a uma formulação de novas estratégias de desenvolvimento. Concluiu-se pela priorização da atividade industrial, embora não fossem poucos os obstáculos e entraves para essa nova iniciativa, exatamente porque era preciso promover mudanças de caráter estrutural em curto espaço de tempo.

Os entraves foram mapeados, discutidos e enfrentados, especialmente aqueles ligados à precariedade da infraestrutura, especialmente dos meios de transporte e energia elétrica, que não condiziam com as necessidades que seriam derivadas das atividades industriais.

Para enfrentá-los, os governos estadual e federal reorganizaram a capacidade instalada de oferta de serviços básicos ao processo industrial, realizando investimentos públicos nas principais vias de transporte, a BR 101 e a BR 262; na ampliação e modernização do Porto de Vitória; na construção do Porto de Tubarão, e na ampliação da produção e distribuição de energia elétrica e água.

Por outro lado, constatava-se uma escassez de poupança interna e a falta de um sistema financeiro capaz de promover o financiamento dos investimentos industriais a serem realizados. Nesse aspecto, foram criados mecanismos financeiros, como o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres) e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) que, acrescidos de recursos da União, foram disponibilizados para o financiamento dos novos projetos industriais.

Assim, o parque industrial foi, inicialmente, fortemente estimulado pela política de incentivos fiscais, apoiado no capital local e em setores tradicionais, especialmente ligados à agroindústria. A efetiva inserção da indústria nas economias nacional e internacional somente foi deslançada, a partir dos anos 1980, com a instalação dos grandes projetos industriais exportadores, centrados nos ramos da siderurgia e da celulose e fomentados pelo capital estatal e estrangeiro.

No entanto, a integração desses grandes projetos com a economia local foi um processo lento, levando mais de duas décadas para se perceber seus efeitos multiplicadores mais amplificados, traduzidos pelo surgimento de negócios nucleados por esses investimentos. A partir de meados de 1990 e reforçada pela política federal de privatização, tornou-se mais efetiva a vinculação dessas grandes empresas com a economia local, ampliando o leque dos efeitos multiplicadores nos níveis de emprego e renda, especialmente aqueles vinculados ao surgimento de empresas diretamente envolvidas com essas atividades, até então um pouco alheias às empresas de origem capixaba.

Uma grande força integradora foi dada pelo Programa Integrado de Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores (Prodfor), criado em 1997 e coordenado pela Findes, que representa uma ação conjunta das principais empresas estabelecidas no Espírito Santo para promover o desenvolvimento e a qualificação de seus fornecedores, representando um significativo avanço da atuação integrada entre as grandes empresas compradoras e fornecedoras de base local. Esse salto qualitativo foi impulsionado justamente pelo potencial de competitividade atingido em função do patamar de exigências de qualidade e de responsabilidade empresarial por parte dos grandes compradores. Em um ambiente de crescente interação e cooperação, tornou-se possível a difusão e a absorção de externalidades por parte das pequenas e médias empresas, configurando um novo ambiente em que se processa a concorrência.

Ressalta-se o papel das instituições nesse processo e a importância do planejamento que permite o envolvimento da sociedade organizada, das empresas conscientes das suas responsabilidades e das instituições públicas e privadas como direcionadores do processo de amadurecimento com o fazer coletivo.

O Espírito Santo tem vantagens locais que permitem competitividade tanto no alcance de mercados mais longínquos quanto na recepção de matérias-primas necessárias aos processos produtivos. Essas vantagens são potencializadas pela existência de uma infraestrutura construída no Estado, especialmente de transportes, proveniente de investimentos diretamente vinculados aos grandes projetos, como o sistema portuário e as ferrovias. A cafeicultura e o mármore e granito são absorvedores dessas vantagens.

Outros setores tiveram seu desenvolvimento impulsionado pelo estreitamento das oportunidades de negócios entre empresas que encontraram a possibilidade de desenvolvimento conjunto, na qual todas as participantes são beneficiadas nas respectivas relações de troca. Nesse caso destacam-se, como mais diretamente beneficiados, os setores vinculados ao setor florestal-moveleiro, ao da metalmecânica e ao do turismo, especialmente de negócios e eventos.

Em paralelo, houve a progressiva organização de setores como confecções, mármore e granito, moveleiro e

alimentos, dentre outros, que constituem boa parte da base econômica de muitos municípios capixabas. A agricultura passou por processo de gradativa modernização, incluindo o próprio café, e de intensificação do processo de diversificação da sua base produtiva, como olericultura, fruticultura, pecuária de corte e leiteira e avicultura, sem falar na expansão da silvicultura.

As atividades ligadas ao gás e petróleo ganham impulso com investimentos em gasodutos, oleodutos, portos, logística e suprimentos, e também como demandantes de produtos e serviços, incluindo toda a área de educação, além dos substanciais royalties recolhidos aos cofres do setor público estadual e municipal.

A economia capixaba se diferencia das economias dos demais estados brasileiros por características peculiares de sua estrutura produtiva, dada a predominância de atividades voltadas para o atendimento de demandas fora do seu domínio territorial legal. Trata-se, portanto, de uma economia que funciona predominantemente como plataforma de oferta, dada a sua dimensão interna, e que tem a sua dinâmica determinada mais fora do que dentro dos seus domínios.

O Espírito Santo sempre se destacou no uso do planejamento a longo prazo para traçar as estratégias de desenvolvimento. Desde Muniz Freire, no início do século XX, quando implementou projetos para alavancar a nascente economia cafeeira exportadora, passando pelos anos 1960, com inúmeros registros de documentos que atestam a preocupação com o futuro do estado e a formulação de estratégias de desenvolvimento, até mais recentemente com a formulação do ES 2025, de 2006, e sua atualização em 2011, que resultou no ES 2030. Como desdobramentos dos planos mais recentes, foram elaborados os planos específicos para a agricultura, consubstanciado no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba, e para a logística, com o Plano Estratégico de Logística e de Transportes do Espírito Santo.

Seria muito oportuno se a indústria produzisse o seu Plano Estratégico, dados os imensos desafios que já estão postos com as mudanças que se avizinham cada vez mais, seja no plano tecnológico, seja para o emprego.

O elevado grau de abertura ao comércio exterior torna a economia do Espírito Santo mais suscetível a acontecimentos no cenário internacional, especialmente aqueles relacionados aos preços dos produtos básicos, às normas da concorrência internacional e das políticas internas dos países importadores dos produtos capixabas. A pauta de exportação do estado é dominada por poucos produtos, de relativamente menor valor agregado e ofertados por um reduzido número de empresas.

É necessário repensar esse processo de transformação que poderá colocar a economia capixaba em um novo patamar de complexidade, diversidade e integração interna e externa, nacional e internacional. Essa nova economia pode ser vista como capaz de enfrentar mercados exigentes, em ambiente competitivo, integrando-se à lógica exportadora, por meio da incorporação de tecnologias, capacidade empreendedora e processos inovadores de produção.

O contexto mundial oferece um conjunto de variáveis importantes que tendem a afetar a trajetória do Espírito Santo e que, por isso, não podem deixar de ser objeto de estudo e análise ao longo do processo de construção de uma estratégia de planejamento. Assim também, o desenvolvimento tecnológico e a ampliação dos fluxos de informação, tecnologia, capitais, produtos e serviços como a base do crescimento econômico mundial, sendo responsável pela modificação do padrão de inserção externa e de inter-relação dos países.

A indústria, quando considerada como o lócus das mudanças, produz irradiações em várias direções setoriais que extrapolam seu próprio âmbito e com sua sintonia permite o desenvolvimento dos demais setores da economia. A indústria não gera diretamente empregos na mesma proporção em que contribui para a geração de riqueza: sua contribuição ao PIB é de 31,1% e ao emprego formal de 19,6%. Mas, sem dúvida, é o carro-chefe para o desenvolvimento e desempenho dos demais setores.

Assim, diversificação econômica, agregação de valor à produção, adensamento das cadeias produtivas, alcance de níveis crescentes de eficiência, integração e acessibilidade do sistema logístico, reforçando seu papel de fator de competitividade da economia capixaba, são pontos relevantes, e já presentes no debate, que merecem uma pausa para meditação.

2. Cenário Econômico

O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, em reunião nos dias 20 e 21 de março, por cortar a taxa básica de juros em 25 pontos-base, para 6,50% a.a., renovando, assim, o menor nível da história. Essa foi a décima segunda redução seguida da Selic e o Banco Central sinalizou ao menos mais um corte da taxa de juros básica.

Para a próxima reunião, em maio, o Copom analisa uma flexibilização monetária adicional para 6,25% a.a., visando reduzir o risco de a inflação não convergir rumo às metas.

A autoridade sinalizou que, para reuniões além da próxima, o Comitê vê como adequado encerrar o ciclo de cortes na Selic, salvo mudanças adicionais relevantes no cenário básico e no balanço de riscos para a inflação.

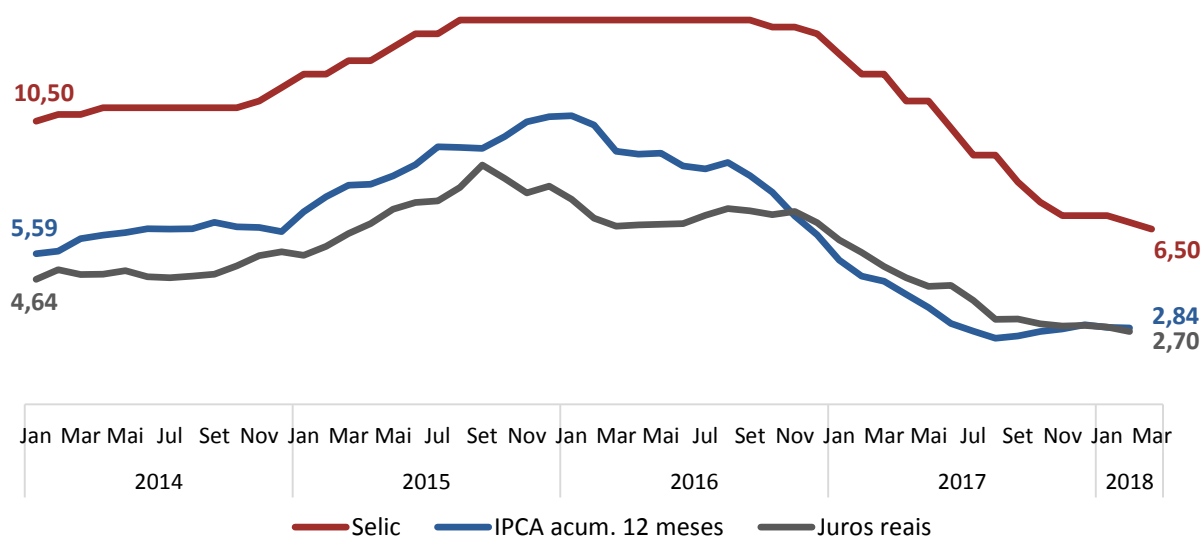
Conforme o ciclo de cortes se aproxima do fim, o debate tende a se voltar para a perenidade do ambiente de juro

baixo, fator considerado de maior importância do que cortes adicionais. A Selic está abaixo do seu nível estrutural¹ e, portanto, estimulando a atividade econômica, mas os efeitos da política monetária são defasados e ainda há muito a ser sentido pela economia a partir das reduções de juros já implementadas.

Dessa forma, inflação em patamares baixos, juros menores e perspectiva de crescimento, embora lento, compõem o percurso que o Brasil deve seguir, ao menos até o primeiro semestre do ano que vem, uma vez que as incertezas que rodeiam as eleições aumentam o risco de projeções mais longas.

A inflação² em fevereiro de 2018, no Brasil, foi de 0,32%, após uma alta de 0,29% no mês anterior. Esse foi o IPCA mais baixo para os meses de fevereiro desde 2000, quando se situou em 0,13%.

Gráfico 1 - Evolução da Selic, IPCA acumulado em 12 meses e juros reais (%)



Fonte: Banco Central do Brasil; LCA
Elaboração: Ideies / Sistema FinDES

¹ Nível da taxa Selic que mantém o crescimento da atividade econômica, sem causar pressões inflacionárias.

² Dados divulgados pela Pesquisa do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A principal alta no país foi no grupo de Educação, que passou de 0,22% em janeiro para 3,89% em fevereiro. Essa taxa reflete os reajustes habitualmente ocorridos no início do ano letivo, especialmente aumentos nas mensalidades dos cursos regulares, cujos valores subiram 5,23%. Nesse subgrupo, os maiores aumentos vieram do ensino fundamental (6,96%) e ensino superior (3,62%). Transportes aumentou 0,74%, com destaque para os itens ônibus urbano (1,90%) e gasolina (0,85%).

Em contrapartida, o grupo Alimentação e Bebidas, o que mais pesa no bolso das famílias, apresentou queda de -0,33% e ajudou a conter a expansão do IPCA nacional.

O maior impacto foi da carne, cujo preço recuou em -1,09%, e frutas que teve retração de -1,13%. Um fator que moderou a inflação de alimentos foi o clima favorável com estoques remanescentes das safras³ de 2017.

Em 2018 a safra agrícola teve sua projeção de queda reduzida. O IBGE informou⁴ a estimativa para a produção em 227,2 milhões de toneladas, 5,6% inferior à obtida em 2017 (240,6 milhões de toneladas). O resultado, no entanto, é 1,1 milhão de toneladas maior que o estimado pelo levantamento de janeiro, um aumento de 0,5%. Mesmo com a redução prevista, a safra deste ano já seria a segunda maior da história, por isso a tendência é a

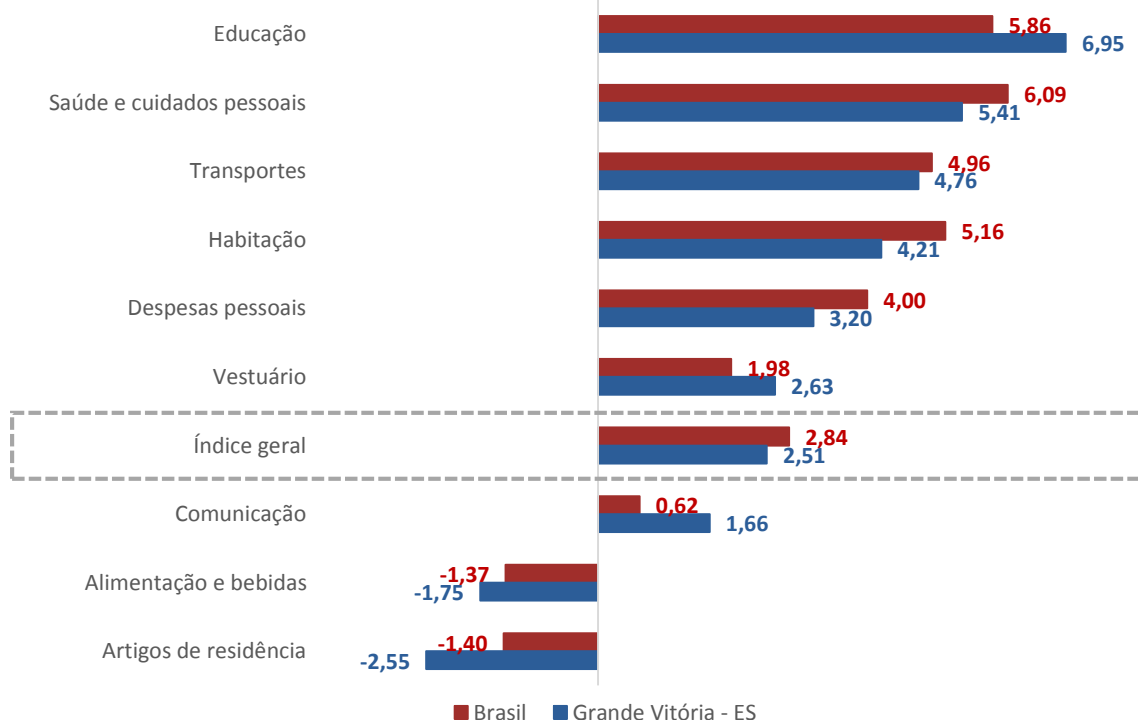
Tabela 1 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores - Mensais	Fev. 2018 / Jan. 2018	Acumulado no ano	Acumulado nos últimos 12 meses
IPCA - Brasil %	0,32	0,61	2,84
IPCA - RMGV %	0,15	0,86	2,51

Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 2 - Variação do IPCA, por grupos (%) - Acumulado em 12 meses



Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

³ Em 2017 a agricultura teve um papel importante no baixo índice de inflação obtido. O IPCA acumulado no ano foi de 2,95%, menor valor desde o início da série publicada pelo IBGE a partir de 2000, já que os produtos agrícolas têm grande peso na formação do índice de preços.

⁴ Os dados são do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de fevereiro, divulgado dia 08 de março de 2018, pelo IBGE.

produção agrícola seguir com impacto positivo nos preços dos alimentos, não tanto quanto em 2017, já que não terá uma diferença tão grande em relação ao ano anterior, mas deve ajudar a conter a inflação.

A previsão dos economistas do mercado financeiro, divulgada pelo Boletim Focus do Banco Central do dia 23/03, é de que a inflação encerrará o ano de 2018 em 3,57%, abaixo da meta central de 4,50%, porém, dentro do intervalo de tolerância (entre 3,00% e 6,00%)⁵. Para 2019, a expectativa para a alta do IPCA é de 4,10%.

A inflação mensurada pelo IPCA na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no acumulado dos últimos doze meses, ficou em 2,51%, valor inferior à média nacional (2,84%). Nesse critério de análise, os grupos que apresentaram as maiores altas no período foram: Educação (6,95%), Saúde e Cuidados Pessoais (5,41%) e Transportes (4,76%). Já os que apresentaram as maiores quedas foram: Artigos de Residência (-2,55%) e Alimentação e Bebidas (-1,75%).

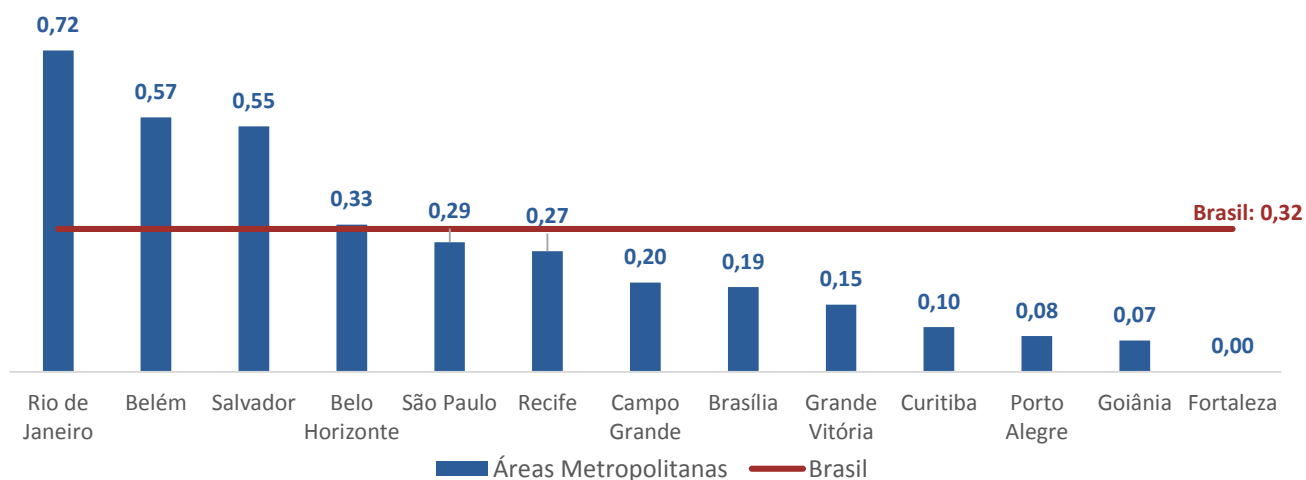
Em fevereiro de 2018 a inflação na RMGV foi de 0,15%, valor inferior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior (0,19%). Esse foi o IPCA mais baixo para os meses de fevereiro desde 2014, ano de início da série histórica para a região. Dessa forma, a inflação na Grande Vitória

ficou abaixo da média nacional (0,32%) e apresentou a quinta menor variação entre as 13 áreas pesquisadas no país. Apesar disso, no acumulado dos dois primeiros meses do ano, a inflação da RMGV (0,86%) ficou acima da média do país (+0,61%).

Na RMGV, Alimentação e Bebidas registrou, no mês, queda de -0,40% atuando de forma a conter o índice, tendo em vista que possui o maior peso no cálculo. Considerando os alimentos para consumo em casa (-0,80%), foram vários os produtos importantes na mesa do capixaba que ficaram mais baratos de um mês para o outro, a exemplo das frutas (-1,13%), aves e ovos (-1,95%), pescados (-1,77%) carnes (-1,46%). Em relação aos itens alimentícios que se mostraram em alta, os destaques foram: panificados (0,77%), hortaliças e verduras (0,76%), farinha, féculas e massas (0,71%) e leite e derivados (0,44%).

Em contrapartida, o grupo que apresentou maior aumento foi o de Educação, com alta de 3,68%, reflexo dos reajustes praticados nas mensalidades, assim como no caso nacional. Dentro desse subgrupo, o maior reajuste pertenceu ao ensino fundamental (8,27%), terceiro maior reajuste entre as treze áreas pesquisadas; em seguida, educação infantil contribuiu para o segundo maior aumento (7,47%). O grupo Transportes apresentou variação de 0,61%, com destaques para o item ônibus urbano, com aumento de 2,78%.

Gráfico 3 - IPCA - Variação mensal, segundo as Áreas Metropolitanas (%) - Fevereiro/2018



Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

⁵ Pelo sistema de metas para a inflação, que vigora desde 1999, o Conselho Monetário Internacional (CMN) fixa a meta de inflação que deve ser perseguida pelo Banco Central, que tem como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic. Também é estipulado um intervalo de tolerância, atualmente de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos, para absorver eventuais choques de preços. Desde 2005, a meta da inflação brasileira é de 4,50% ao ano, podendo variar dentro da margem entre 3,00% e 6,00%. O CMN já anunciou a redução da meta para 4,25% em 2019, e 4,00% em 2020, mantendo o intervalo de tolerância de 1,5 pontos percentuais para mais ou para menos.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o PIB capixaba registrou alta de 1,7%, após queda de -9,3% em 2016, valor superior ao nacional (1,0%). Esse resultado foi impulsionado, em sua maioria, pelo comportamento do setor industrial que teve crescimento de 1,7% em 2017, medido pela Produção Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE.

Tabela 2 - Indicadores Econômicos - variações %

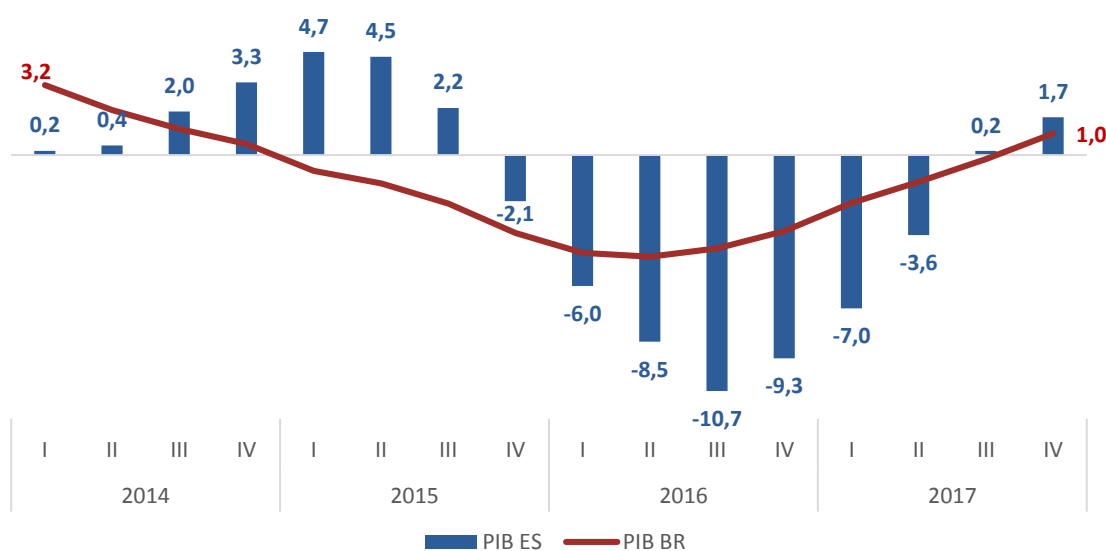
Indicadores Trimestrais	4º trim. 2017 / 3º trim. 2017 ¹	4º trim. 2017/ 4º trim. 2016	Acumulado 2017 / Acumulado 2016
PIB Brasil (%)	0,1	2,1	1,0
PIB ES (%)	0,1	1,8	1,7

¹ Valores com ajuste sazonal

Fonte: IBGE; IJSN

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 4 - PIB trimestral Brasil e PIB trimestral do Espírito Santo
Variação (%) acumulada em 4 trimestres



Fonte: IBGE; IJSN

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

O comportamento do comércio varejista, medido pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), também foi favorável ao crescimento econômico capixaba em 2017, com o varejo ampliado crescendo 7,0%, devido ao aumento de 30,6% das vendas de veículos motocicletas, partes e peças. O setor de serviços, por sua vez, registrou retração de -1,2%, segundo Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Na comparação entre o 4º trimestre de 2017 e o mesmo período de 2016, o PIB trimestral capixaba cresceu 1,8%, sendo a terceira taxa positiva após 8 trimestres sucessivos de queda. Nessa base de comparação, o Brasil, registrou pela terceira vez taxa positiva com crescimento de +2,1%, após 12 trimestres consecutivos de queda.

Economistas do mercado, consultados pelo Banco Central em sua pesquisa semanal Focus do dia 23/03, revisaram suas estimativas para um crescimento de 2,89% em 2018. No levantamento anterior, a previsão era de expansão de 2,83% neste ano. Para 2019, a mediana das expectativas permaneceu em 3,00% de avanço, há oito semanas sem mudança.

Após quatro meses de expansão, a economia brasileira começou 2018 com sinalização de queda. O resultado do Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil (IBC-Br), indicador criado com a intenção de antecipar o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do país, mostrou que a economia brasileira encolheu -0,56% em janeiro.

Tabela 3 - Indicadores Econômicos - variações %

Indicadores - Mensais	Jan 2018 / Dez 2017 ¹	Jan 2018 / Jan 2017	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica Brasil (IBC-Br) - %	-0,56	2,97	1,20
Índice de atividade econômica regional ES (IBCR-ES) %	-1,74	-0,42	1,20
Produção Física Industrial (PIM-PF) Brasil - %	-2,40	5,70	2,80
Produção Física Industrial (PIM-PF) ES - %	-0,90	-7,80	-0,10
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil - %	0,90	3,20	2,50
Volume de vendas do comércio (PMC) ES - %	-2,90	-2,90	-1,80
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil %	-1,90	-1,30	-2,70
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES %	0,10	0,30	-1,50

¹ Valores com ajuste sazonal

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Os setores da economia brasileira tiveram resultados variados no início do ano. A produção industrial encolheu -2,40% em comparação com dezembro de 2017, o volume de serviços recuou -1,90% na mesma base, apresentando o pior resultado para janeiro em seis anos.

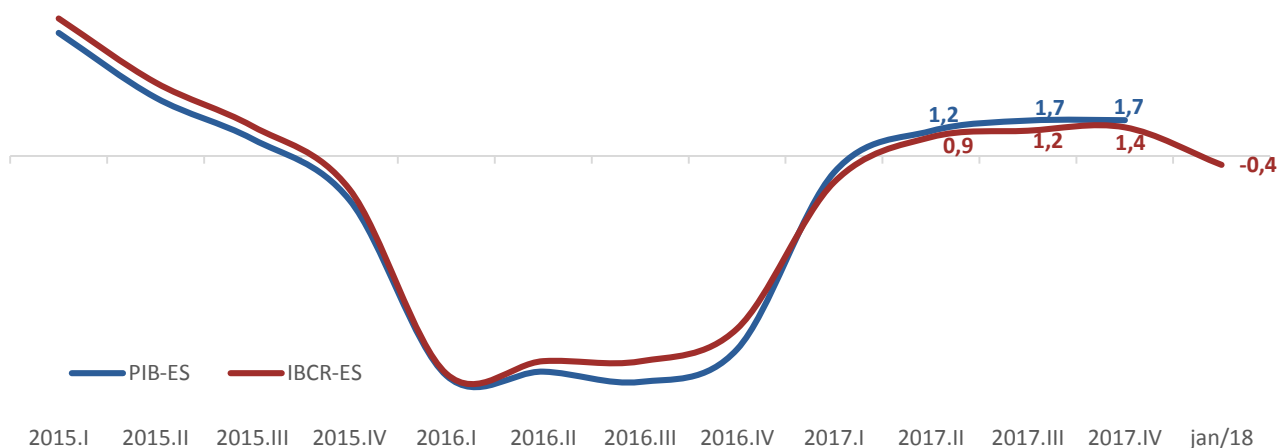
Em contrapartida, as vendas varejistas voltaram a apresentar expansão, de 0,90%, em um ambiente favorecido pela inflação e juros baixos, fatores que estimulam o consumo.

Na comparação com janeiro de 2017, o IBC-Br teve alta de 2,97%, enquanto no acumulado em 12 meses apresentou expansão de 1,20%.

O Índice de Atividade Econômica Regional do Espírito Santo (IBCR-ES)⁶ retraiu -0,42% em janeiro na comparação com o mesmo mês de 2017, interrompendo os últimos dois resultados positivos consecutivos.

No acumulado em 12 meses, o IBCR-ES cresceu 1,20%, resultado igual ao nacional. Na passagem de dezembro do ano passado para janeiro de 2018, o índice apresentou variação negativa de -1,74% no Espírito Santo, considerados os valores ajustados sazonalmente. Esse resultado reflete, em grande medida, o comportamento dos setores de serviços e industrial no estado, que iniciaram o ano com variação negativa de -2,90% e -0,90%, respectivamente, e da estabilidade do setor de comércio (0,10%).

Gráfico 5 - PIB-ES e IBCR-ES
Variação (%) - acumulado no ano / mesmo período do ano anterior



Fonte: Banco Central; IJSN

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

⁶ Calculado pelo Banco Central. Incorpora estimativas de crescimento para os setores agropecuário, industrial, comércio e serviços.

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, divulgados pelo Ministério do Trabalho, no mês de fevereiro foram admitidos no Espírito Santo 24.631 empregados formais e foram deligados 24.184 funcionários, resultando em um saldo positivo de 447 postos formais de trabalho. Para o Brasil, na mesma base de comparação, este saldo foi positivo em 61,2 mil postos formais de trabalho.

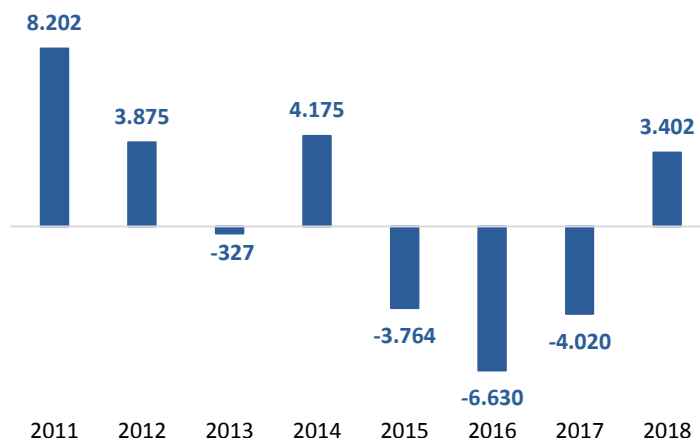
O mercado de trabalho formal capixaba iniciou 2018 em melhor situação do que o verificado no primeiro bimestre dos últimos três anos. Para o acumulado no ano (janeiro-fevereiro/2018), na série ajustada pelo Ministério do Trabalho, o saldo de empregos do Estado foi de 3.402 postos formais, o primeiro resultado positivo após três anos de destruição de vagas.

Nessa base de comparação, o setor de serviços foi o que mais gerou empregos (2.524 postos formais), seguido pelo setor industrial (extrativa e transformação) que gerou 1.963 empregos formais, impulsionado pelos subsetores: metalurgia (797 postos formais), indústria mecânica (538) e de alimentos (146). O setor de comércio acumulou perda de -2.602 postos formais, devido ao comportamento sazonal observado tradicionalmente no período.

Beneficiada pela recuperação da atividade econômica e pela renegociação de dívidas ocorrida no fim do ano passado, a arrecadação federal de impostos e contribuições somou R\$ 105,1 bilhões, em fevereiro de 2018, ante uma receita de R\$ 94,9 bilhões no mesmo mês de 2017, aumento de 10,7%, em termos reais. Foi o quarto mês seguido de crescimento real na comparação anual, de acordo com os números divulgados pela Receita Federal. No primeiro bimestre de 2018, a arrecadação total correspondeu a R\$ 260,7 bilhões, alta real de 10,3% frente ao mesmo período do ano anterior.

A Receita registrou arrecadação de R\$ 1 bilhão no segundo mês de 2018 com o Refis. Este é um dos efeitos não recorrentes que ajudaram a elevar o montante recolhido no período. O aumento das alíquotas aplicadas a combustíveis fez o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) mais que dobrarem em relação ao ano anterior, chegando a R\$ 2,3 bilhões em fevereiro, contra R\$ 1,1 bilhão no mesmo mês de 2017.

Gráfico 6 – Saldo Líquido de Empregos Formais*, Espírito Santo (jan-fev / 2011-2018)

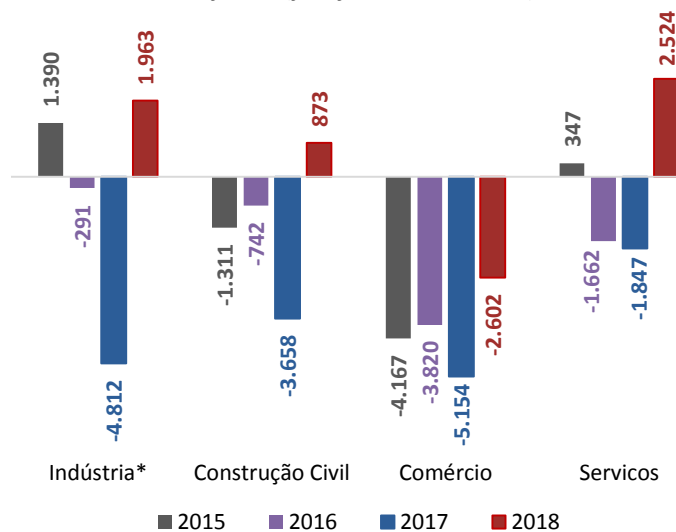


* Incorpora as declarações entregues fora do prazo

Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 7 – Saldo Líquido de Empregos Formais, por Setor de Atividade Econômica, Espírito Santo Com ajuste, (jan-fev / 2015-2018)



* Indústria: inclui extrativas e de transformação

Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Um terceiro item considerado não recorrente pela Receita é o crescimento das arrecadações por estimativa mensal dos tributos aplicados sobre o lucro – IRPJ e CSLL. Neste caso, houve arrecadação de R\$ 14,9 bilhões no mês, aumento real de 16% contra o ano anterior.

Se forem descontados os fatores externos, a arrecadação teria crescido 7,36% acima da inflação.

3. Desempenho Industrial

A produção industrial do Brasil em janeiro apresentou uma evolução de 2,8% no acumulado em 12 meses, puxado pelo crescimento da indústria extrativa (3,5%). Na comparação contra o mesmo mês do ano anterior, o crescimento foi de 5,7%, o nono avanço seguido nessa base de comparação.

Na análise marginal, de janeiro de 2018 contra o mês imediatamente anterior, a produção industrial brasileira

apresentou recuo de -2,4%, após quatro meses seguidos de alta. A queda foi registrada em 19 dos 24 ramos industriais pesquisados, a destacar as atividades de fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-7,6%), metalurgia (-4,1%) e produtos de borracha e de material plástico (-5,4%). Este resultado já era, de certa forma, esperado pelos analistas de mercado, tendo em vista que a base de comparação de dezembro de 2017 estava elevada.

Tabela 4 - Produção Industrial Mensal (PIM-PF) no Brasil e Espírito Santo

	Acumulado em 12 meses	Jan.2018 / Jan.2017	Jan.2018 / Dez.2017 *
Brasil			
Indústria geral	2,8	5,7	-2,4
Indústrias extrativas	3,5	-0,1	2,2
Indústrias de transformação	2,6	6,7	-2,8
Espírito Santo			
Indústria geral	-0,1	-7,8	-0,9
Indústrias extrativas	0,6	-4,4	-
Indústrias de transformação	-0,7	-11,1	-

(*) Com ajuste sazonal

Fonte: PIM-PF / IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

A produção industrial do Espírito Santo, após quatro meses de resultados positivos no acumulado em 12 meses, manteve-se praticamente estável, com variação de -0,1%, resultado influenciado, principalmente, pela queda de -0,7% na indústria de transformação. Somente as atividades extrativas (0,6%) e a fabricação de produtos alimentícios apresentaram resultados positivos nessa mesma base de comparação.

Na relação mês contra mesmo mês do ano anterior, a retração da produção industrial no estado foi de -7,8%, com taxas negativas em quatro dos cinco setores pesquisados. As maiores quedas foram nas atividades de metalurgia (-16,2%), pressionado, principalmente, pela fabricação de tubos flexíveis e tubos trefilados de ferro e aço; na indústria extrativa (-4,4%), influenciado pelos de óleos brutos de petróleo e gás natural; e na fabricação de produtos de minerais não-metálicos (-17,6%), impactado

Tabela 5 – Produção Industrial Mensal (PIM-PF) no Espírito Santo, segundo atividade industrial (%)

Atividades industriais	Acumulado em 12 meses	Jan.2018 / Jan.2017
Indústrias extrativas	0,6	-4,4
Indústrias de transformação	-0,7	-11,1
Fabricação de produtos alimentícios	11,7	0,4
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-0,5	-7,7
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-9,0	-17,6
Metalurgia	-3,1	-16,2

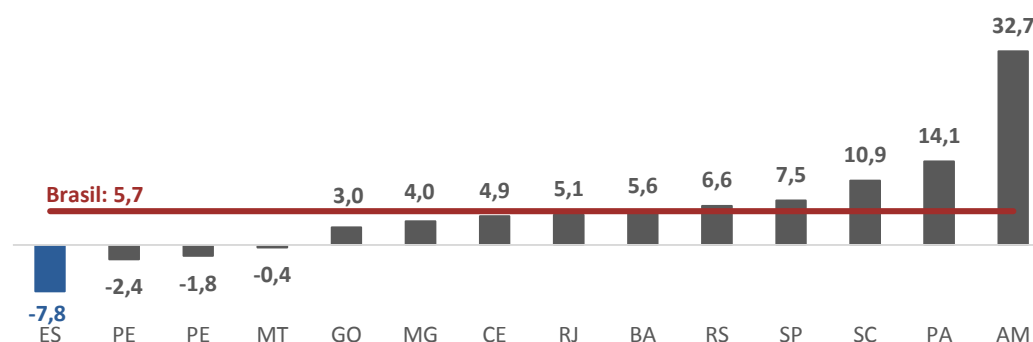
Fonte: PIM-PF / IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

pela redução da produção de cimentos “Portland” e granito talhado ou serrado (inclusive chapas). Para esta mesma base de comparação, mês contra mesmo mês em 2017, apenas 4 dos 14 locais pesquisados apresentaram taxas de variação negativa. Dentre eles, o Espírito Santo obteve a maior queda, seguido por Pernambuco (-2,4%), Paraná (-1,8%) e Mato Grosso (-0,4%).

Na análise mês contra mês imediatamente anterior, pelo segundo período consecutivo o desempenho industrial capixaba reduziu, na série com ajuste sazonal, em -0,9%. O cálculo do índice de difusão⁷ para a indústria capixaba resultou em um percentual de 40%, demonstrando que a queda na produção em janeiro foi concentrada em duas atividades industriais: fabricação de produtos alimentícios e metalurgia.

Gráfico 8 – Produção Industrial Mensal (PIM-PF) por locais pesquisados - jan 2018 / jan 2017, em %



Fonte: PIM-PF / IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Em janeiro, a média da produção de Petróleo e Gás Natural (P&G)⁸ no Espírito Santo foi de 407.700 boe ao dia, redução de -13,5% na relação janeiro de 2018 contra o mesmo mês em 2017, e de -7,4% na comparação com dezembro de 2017. Essa redução foi mais acentuada do que a registrada nacionalmente, com quedas de -0,1% e -1,7%, respectivamente. A média registrada na produção

mensal de petróleo foi de 345.584 bbl/dia, apresentando uma redução de -13,1% na comparação de janeiro de 2018 com janeiro de 2017. O Espírito Santo se mantém como o segundo maior estado produtor de petróleo do país⁹. A produção diária de gás natural também apresentou queda de -15,4% na mesma base de comparação, alcançando a média de produção de 9.876 Mm³ ao dia.

Tabela 6 – Produção de Petróleo e Gás Natural no Espírito Santo

	Petróleo (Mbbbl/d)*	Gás Natural (MMm ³ /d)**	Produção Total (Mboe/d)***
Brasil	2.615,19	112,42	3.322,29
Varição Jan 2018 / Jan 2017	-2,7%	2,3%	-1,7%
Varição Jan 2018 / Dez 2017	0,1%	-0,8%	-0,1%
Espírito Santo	345,58	9,88	407,70
Varição Jan 2018 / Jan 2017	-13,1%	-15,4%	-13,5%
Varição Jan 2018 / Dez 2017	-8,0%	-3,7%	-7,4%

(*) Mbbbl/d = milhares de barris de petróleo por dia;

(**) MMm³/d = milhões de metros cúbicos de gás por dia;

(***) Mboe/d = milhares de barris de óleo equivalente por dia (1.000m³ de gás ≈ 6,28981 bbl).

Fonte: ANP

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

⁷ O objetivo deste indicador é ampliar a capacidade de análise do desempenho industrial no curto prazo, informando o percentual de produtos da Pesquisa Industrial Mensal da Produção Física – Regional capixaba que aponta crescimento ou queda, possibilitando assim um entendimento maior da distribuição do resultado global em nível de produto. O índice de difusão é feito a partir do indicador mensal e o percentual informado diz respeito ao número de produtos cuja variação acompanhou o sentido observado nessa comparação para a Indústria Geral e cada um dos ramos industriais.

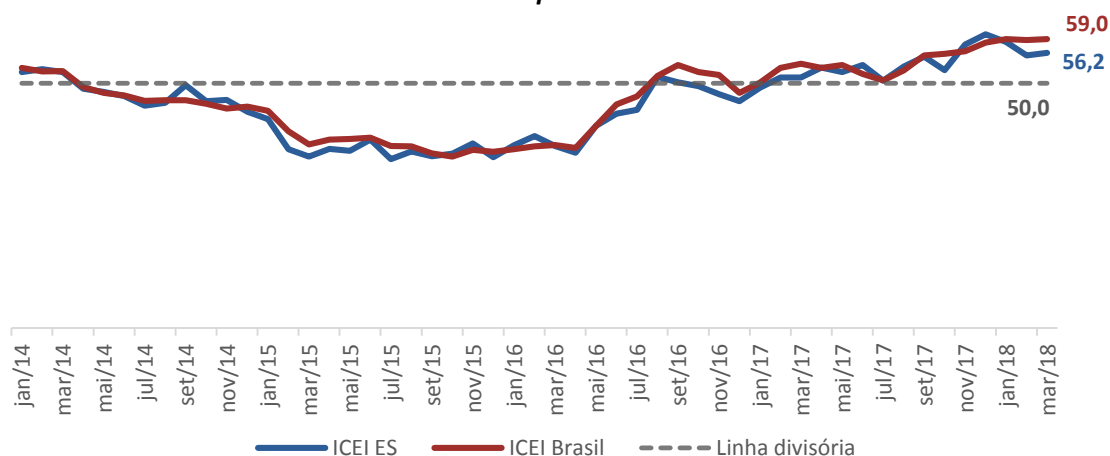
⁸ A produção de petróleo e gás natural (P&G) é um importante sinalizador da produção física da indústria extrativa no Espírito Santo. Portanto, a partir deste mês, as informações de produção de P&G serão acompanhadas.

⁹ Para maiores informações, vide Fato Econômico Capixaba do mês de março (publicação disponível no site: www.ideies.org.br).

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)¹⁰ em março alcançou o patamar de 56,7 pontos (evolução marginal de 0,8 p.p), abaixo do resultado nacional (59,0 pontos). Como ambos os ICEI's situam-se acima da linha divisória de 50 pontos, nota-se uma tendência otimista dos empresários capixabas e nacionais. Na comparação

com o mesmo período do ano anterior, houve um ganho de confiança em 5,5 p.p desses agentes econômicos. Já o Indicador de Expectativa (IEEI) foi de 61,1, refletindo o otimismo dos industriais para os próximos seis meses. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, houve um crescimento das expectativas em 5,0 p.p.

Gráfico 9 – Índice de Confiança e de Expectativas do Empresário Industrial - Brasil e Espírito Santo



Fonte: Ideies / Sistema Findes

4. Comércio Exterior

As exportações brasileiras em fevereiro totalizaram US\$ 17,3 bilhões, avanço de 11,9% em relação ao mesmo mês de 2017, puxado pelo crescimento na demanda externa por produtos manufaturados (+41,6%) e semimanufaturados (+1,8%). Os produtos básicos registram redução de -7,5% no mesmo período.

No acumulado dos dois primeiros meses de 2018, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 34,3 bilhões, valor superior ao acumulado entre janeiro e fevereiro de 2017 (12,9%, com total de US\$ 30,4 bilhões) e de 2016 (39,5%, com montante de US\$ 24,6 bilhões).

O Espírito Santo exportou, em fevereiro, US\$ 459,7 milhões. Contrariamente ao resultado nacional, as exportações capixabas reduziram -22,5% comparado a fevereiro de 2017, resultado do desempenho nas vendas exter-

nas de produtos básicos com -32,7% de queda, manufaturados com -20,2% e semimanufaturados com -4,8%.

No acumulado dos dois primeiros meses do ano, as exportações no estado atingiram US\$ 1.117,9 milhões, valor 6,8% inferior ao registrado no mesmo período de 2017 (US\$ 1.199,2 milhões). Os principais produtos da pauta exportadora capixaba que perderam demanda externa, no mesmo comparativo, foram os óleos brutos de petróleo (-48,5%), produtos semimanufaturados de ferro ou aços (-19,3%) e produtos laminados planos de ferro ou aços (-4,7%).

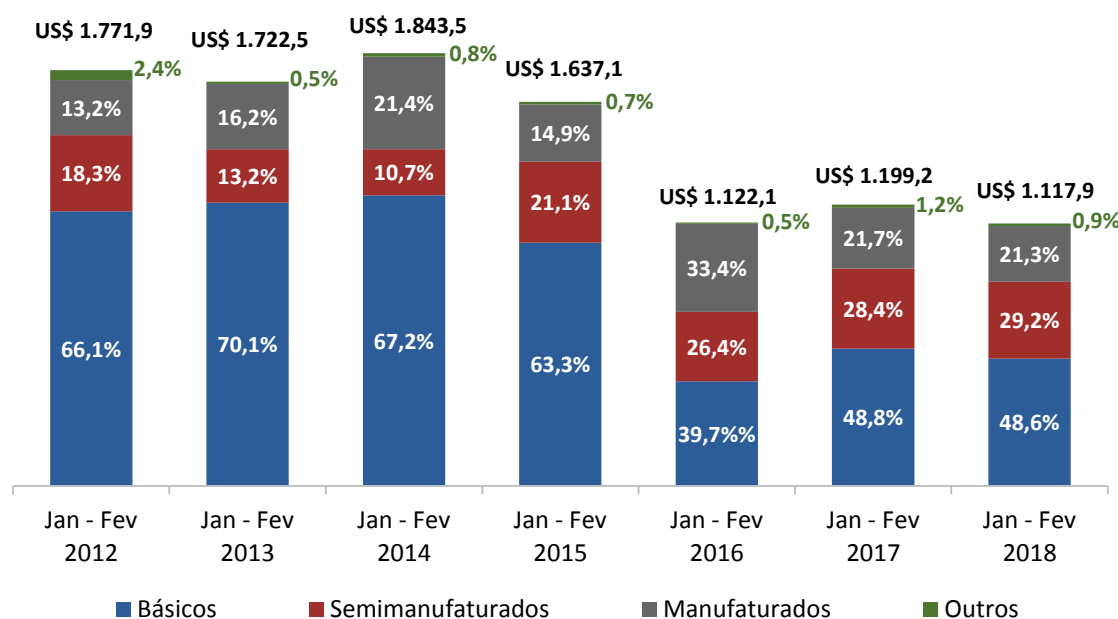
O total exportado pelo Espírito Santo no acumulado do ano, representou 3,3% das exportações nacionais. Os principais produtos da pauta exportadora capixaba em janeiro e fevereiro de 2018 foram minérios de ferro e seus concentrados com 32,5% (US\$ 363,1 milhões),

¹⁰ O ICEI varia no intervalo de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, em que 50 pontos correspondem ao nível de indiferença, valores acima indicam empresários confiantes, situação melhor ou expectativa otimista e valores abaixo empresários pouco confiantes, situação ruim ou expectativa pessimista.

celulose com 14,4% (US\$ 161,0 milhões) e semimanufaturados (US\$ 145,9 milhões). Em relação a esse último produto, semimanufaturados de ferro ou aço, os Estados Unidos foram o destino de mais de um terço das exportações do Espírito Santo em janeiro e fevereiro.

Considerando o ano de 2017 fechado, o Espírito Santo exportou para os EUA US\$ 539,7 milhões em semimanufaturados de ferro ou aço, o que representou 44,5% das exportações capixabas deste produto (US\$ 1.212,7 milhões).

Gráfico 10 - Evolução da participação no total da exportação capixaba, segundo classes (2012-2018) - US\$ FOB milhões e % do total



Fonte: Mdic / Funcex

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

O Brasil é o segundo maior fornecedor dos EUA em semimanufaturados de ferro ou aço. Até o momento, e enquanto se mantém as negociações com os EUA, o Brasil está fora da sobretaxação de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio que o governo americano planeja impor às importações para os Estados Unidos.

Essa medida pode acarretar em dificuldades na comercialização e encarecimento do produto para os EUA, o que reduz a competitividade do setor e prejudica os países produtores. Ressalta-se que os Estados Unidos são um importante parceiro comercial do Brasil e do estado.

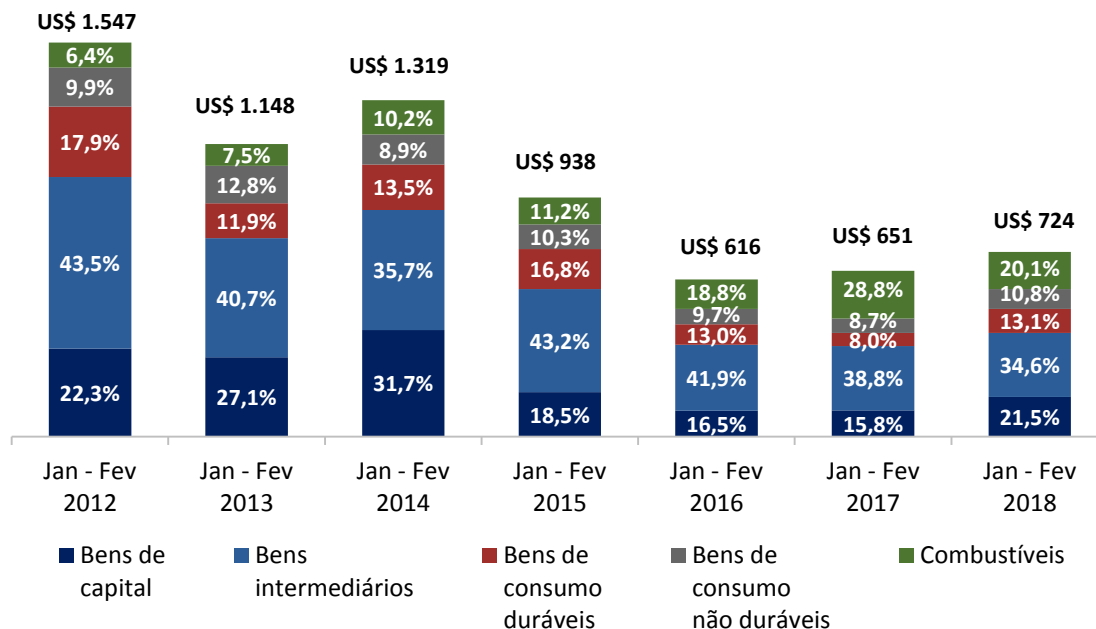
As importações nacionais totalizaram US\$ 12,4 bilhões em fevereiro, valor 13,8% acima do realizado no mesmo mês do ano passado (US\$ 10,9 bilhões) e 20,5% superior ao de fevereiro de 2016 (US\$ 10,3 bilhões). Contribuíram para esse resultado as categorias econômicas de bens de

capital, com alta de 205,3%, bens de consumo duráveis, com crescimento de 84,8%, e os combustíveis com acréscimo de 25,8%. No acumulado dos dois primeiros meses de 2018, o total importado pelo Brasil foi de US\$ 26,6 bilhões, 15,1% superior ao mesmo período de 2017.

No Espírito Santo as importações, somaram US\$ 301,5 milhões no segundo mês do ano, queda de -1,0% frente ao mesmo mês de 2017 (US\$ 304,7 milhões). O desempenho negativo foi impactado pela redução de -59,1% nas importações de combustíveis e de -6,4% nos bens intermediários.

No acumulado de 2018 foram importados pelo Espírito Santo US\$ 724,2 milhões, 11,3% acima do valor do mesmo período de 2017. Este crescimento é resultado dos avanços nas aquisições de bens de consumo duráveis (82,8%), bens de capital (51,2%) e bens de consumo não duráveis (37,3%).

Gráfico 11 - Evolução da participação no total da importação capixaba, segundo categorias econômicas (2012-2018), US\$ FOB milhões e % do total



Fonte: Mdic / Funcex

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Os produtos que apresentaram comportamento positivo mais significativo na pauta importadora foram automóveis de passageiros, com alta de 98,4%, equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, com acréscimo de 66,6%, e fios, tecidos e artigos têxteis, com avanço de 14,4%. Vale ressaltar que equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos se destacaram nesses dois primeiros meses de 2018, aparecendo entre os cinco principais produtos da pauta importadora do estado.

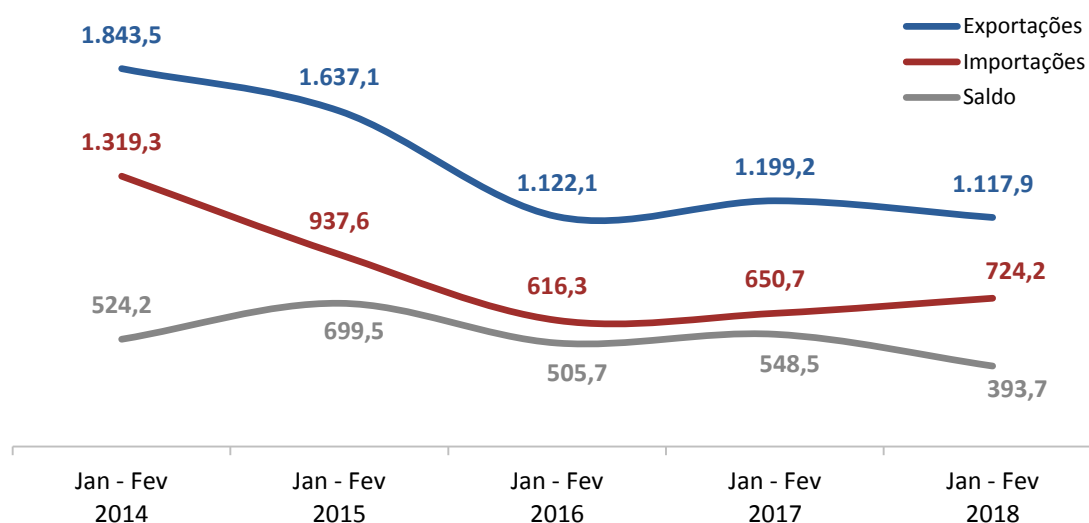
Ao desagregar a pauta importadora do estado, verifica-se que carvão mineral e gás natural (US\$ 101,0 milhões) responderam por 13,9% do total importado no acumulado de janeiro e fevereiro de 2018, automóveis de passageiros (US\$ 87,3 milhões) com representatividade de 12,1%, demais bens intermediários (US\$ 69,4 milhões) com 9,6%, fios, tecidos e artigos têxteis (US\$ 57,9 milhões) com 8,0%, e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (US\$ 48,2 milhões) com 6,7%. O total importado pelo Espírito Santo no acumulado de 2018 representou 2,7% das importações nacionais.

No Brasil, o saldo da balança comercial obteve um montante de US\$ 7,7 bilhões no somatório de janeiro e fevereiro de 2018, melhor resultado desde 2012, nesse mesmo comparativo, e 5,6% acima do ocorrido em 2016. As exportações alcançaram US\$ 34,3 bilhões, enquanto as importações chegaram a US\$ 26,6 bilhões no início de 2018, conforme detalhado acima.

A balança comercial capixaba mantém trajetória superavitária, totalizando US\$ 393,7 milhões nos dois primeiros meses do ano, porém, em patamar inferior ao mesmo período dos últimos anos. O saldo no acumulado dos dois primeiros meses de 2018 contra mesmo período de 2017 caiu -28,2%, resultado combinado do aumento nas importações e da queda nas exportações.

Na desagregação por produtos da balança comercial capixaba, os manufaturados mantêm a trajetória de saldo negativo, de -US\$ 303,1 milhões no acumulado de 2018, tendência que deve ser mantida com o avanço constante das importações desses produtos.

Gráfico 12 - Balança comercial capixaba (2014-2018), em milhões US\$ FOB

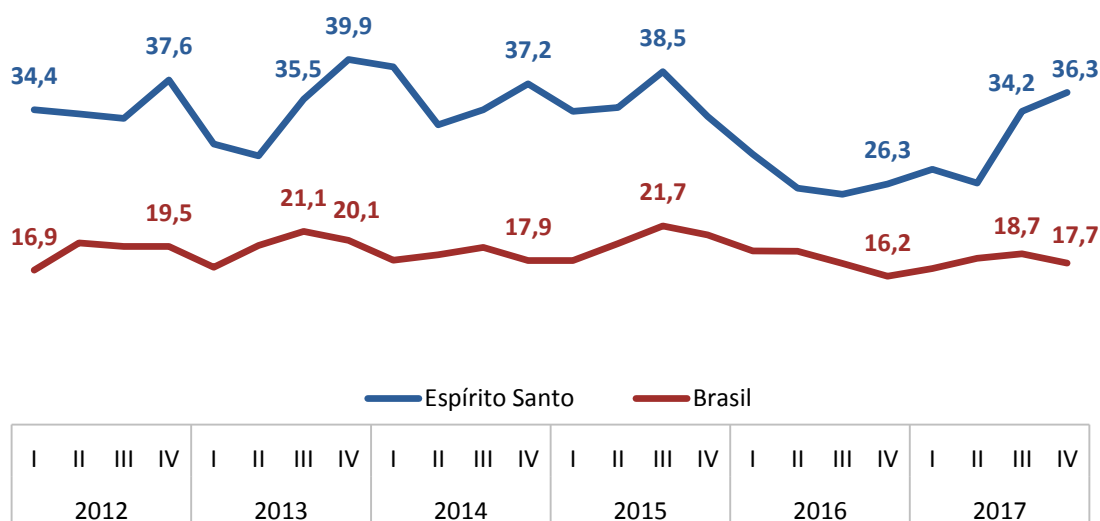


Fonte: Mdic / Funcex
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Um importante indicador do comércio exterior, que combina exportação, importação e PIB, é o grau de abertura da economia. O cálculo é baseado na corrente de comércio (exportações mais importações) em razão do PIB. Assim, quanto maior o indicador maior a dinâmica e a sensibilidade da economia às oscilações do comércio exterior.

O grau de abertura da economia capixaba foi de 36,3% no último trimestre de 2017¹¹, percentual significativamente superior ao grau de abertura brasileiro, 17,7%. Em relação ao terceiro trimestre de 2017, o grau de abertura capixaba avançou 2,1 pontos percentuais, enquanto nacionalmente houve queda de 1,0 ponto percentual.

Gráfico 13 - Evolução do grau de abertura da economia, Espírito Santo e Brasil (%)



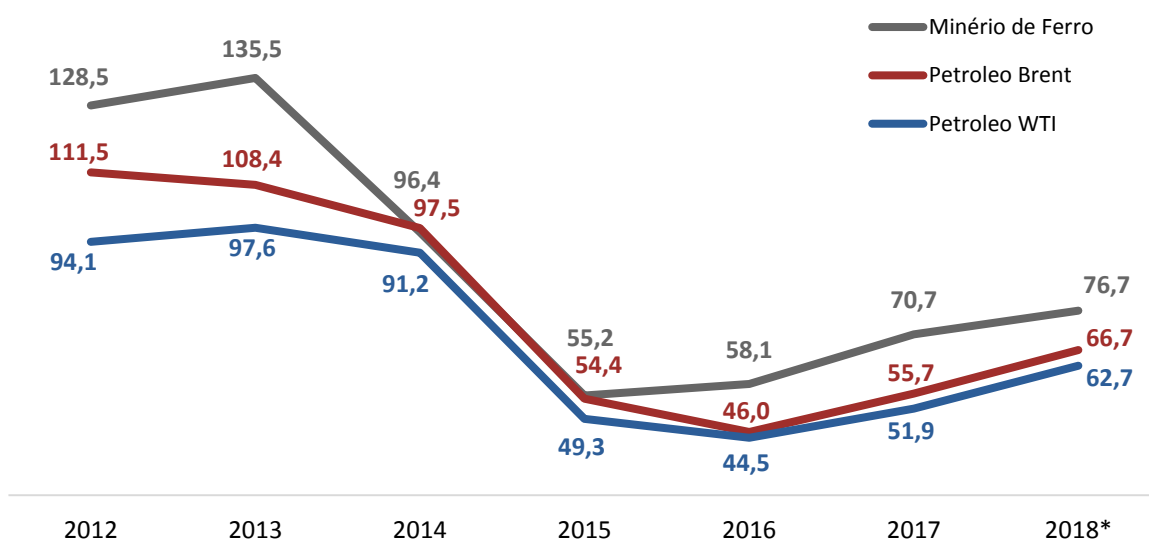
Fonte: IJSN
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

¹¹ Indicador calculado trimestralmente a partir da divulgação do PIB-ES, que também tem base de cálculo trimestral.

A média anual dos preços das principais commodities brasileiras, bem como capixabas, segue crescendo, ultrapassando os níveis verificados em 2017, 2016 e 2015, porém, ainda não alcançaram os valores praticados em 2014 e 2012. As expectativas são de valorização das commodities brasileiras, fator importante para o desempenho positivo da balança comercial, nacional e capixaba.

Além disso, o inusitado fato da taxação dos EUA sobre o aço e o alumínio em seu mercado importador pode ocasionar uma elevação dos preços das commodities, principalmente, as metálicas. Especialistas de mercado analisam que essa medida pode ser prejudicial para o comércio global, tendo em vista seu caráter de barreira comercial.

Gráfico 14 - Evolução das cotações das principais commodities brasileiras, em US\$
Média anual



*últimas atualizações: minérios de ferro até fevereiro de 2018; petróleo Brent e WTI até março de 2018

Fonte: Investing

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

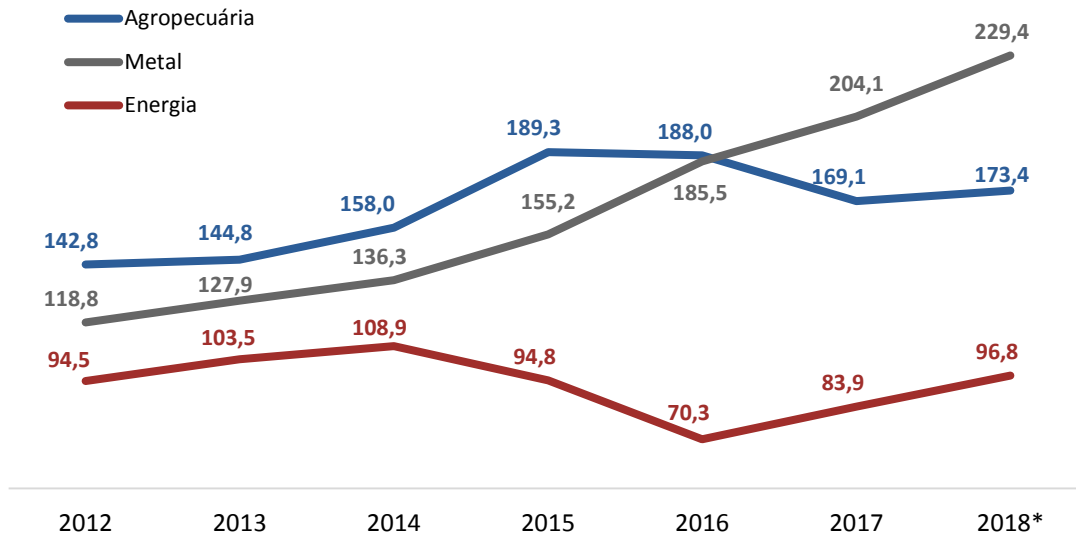
Brasil, Argentina, Austrália, Europa, além de México e Canadá, estão fora da incidência dessas taxas enquanto se mantém as negociações com os EUA. De fato, a taxação destes produtos visa atingir principalmente a China. Segundo o governo norte-americano, as tarifas americanas contra a China podem alcançar os US\$ 60 bilhões.

De acordo com o Banco Central, o Índice de Commodities Brasil (IC-Br) mantém trajetória crescente semelhante às cotações das principais commodities, haja vista o impacto de cada uma delas na composição do indicador. No mês de fevereiro de 2018, o IC-Br

creceu 7,6%, na comparação com mesmo mês do ano anterior. O índice é composto por três subgrupos: agropecuária, metálico e energético. Esses subgrupos, assim como o índice geral, registraram desempenhos positivos, neste mesmo comparativo, com avanços de 19,0% das commodities de metal, 15,4% das de energia e 2,4% das agropecuárias.

Em janeiro e fevereiro de 2018, contra o mesmo período de 2017, houve aumento de 5,6% no IC-Br e os componentes que o influenciaram foram: metal (17,1%) e energia (15,5%), a exceção ficou por conta da agropecuária, com uma variação negativa de -0,3%.

Gráfico 15 - Evolução dos principais grupos de commodities brasileiras, em R\$
Média anual (2005 = 100)



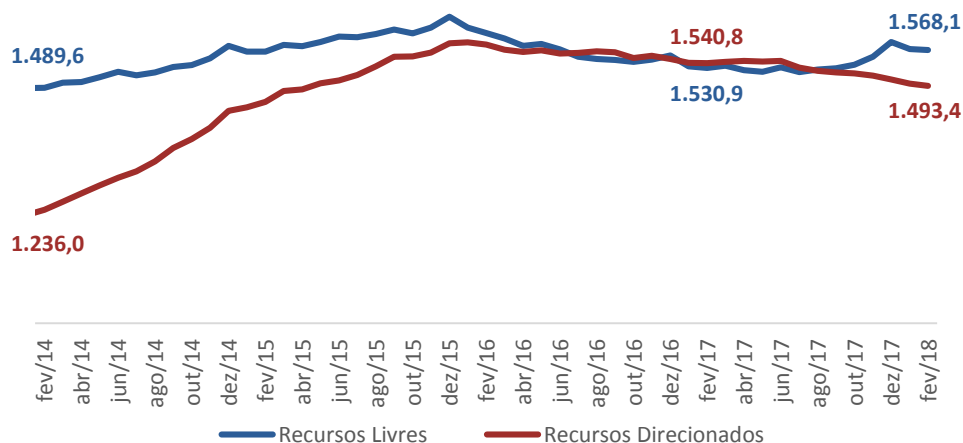
*últimos dados até fevereiro de 2018
Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

5. Crédito

Os dados de fevereiro do mercado de crédito no Brasil revelaram nova queda no saldo de operações, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O resultado, que em janeiro havia sido de -0,2%, ficou em -0,3% no segundo mês de 2018.

Isso se deve a uma nova queda no saldo de operações com recursos direcionados, que registrou -3,1% na comparação com fevereiro de 2017. O saldo com recursos livres, por sua vez, apresentou alta de 2,4% na mesma comparação.

Gráfico 16 - Saldo das operações de crédito, por tipo de recurso – Brasil (em R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Na variação mensal, comparando o mês de fevereiro com janeiro, o saldo total registrou redução de -0,2%. Também por essa ótica o resultado teve maior influência do saldo de recursos direcionados, que, em seu oitavo recuo mensal consecutivo, ficou em -0,3%. O crédito com recursos livres também apresentou queda de -0,1%, na comparação com o mês anterior.

No Espírito Santo o saldo de operações de crédito também apresentou variação negativa em fevereiro de 2018, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Houve queda de -0,7%, o que, no entanto, representa o melhor resultado nessa base de comparação desde julho de 2016.

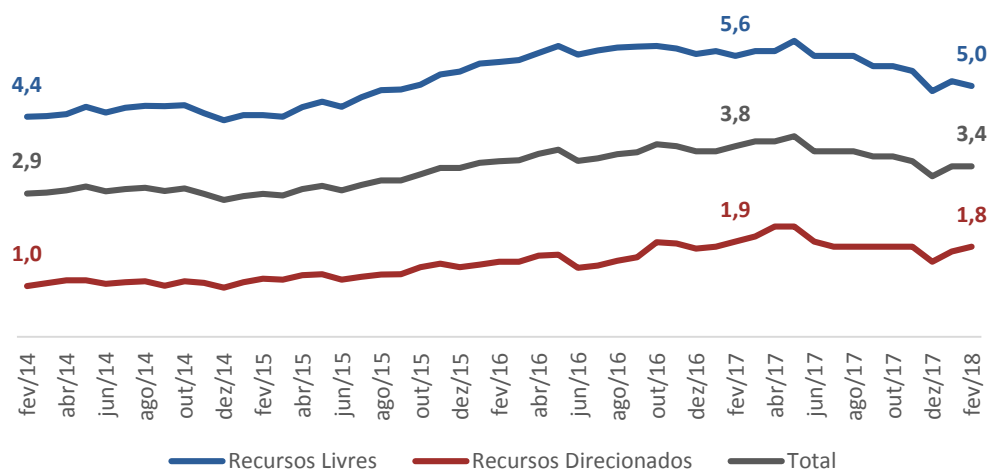
Na variação na margem, o mês de fevereiro registrou crescimento de 1,8% no saldo de operações capixabas, quando comparado com janeiro. O desempenho do

saldo para pessoas jurídicas foi o grande destaque, com alta mensal de 5,0%, enquanto as pessoas físicas ficaram com ligeira baixa de -0,4%, após quatro meses de alta.

Em relação à taxa de inadimplência, em fevereiro foi de 3,4% para o total de recursos de crédito no Brasil, o que representa queda de -0,4 p.p. na comparação com o mesmo mês de 2017. Em relação a janeiro houve estabilidade, com a combinação da queda de -0,1% na taxa para crédito livre e alta de 0,1% na taxa para crédito direcionado.

No caso do Espírito Santo a inadimplência em fevereiro ficou em 3,7%, representando uma queda de -0,6 p.p. em relação ao mesmo mês de 2017. Na comparação com janeiro, também houve estabilidade na taxa de inadimplência capixaba.

Gráfico 17 - Taxa de Inadimplência, por tipo de recurso - Brasil (%)



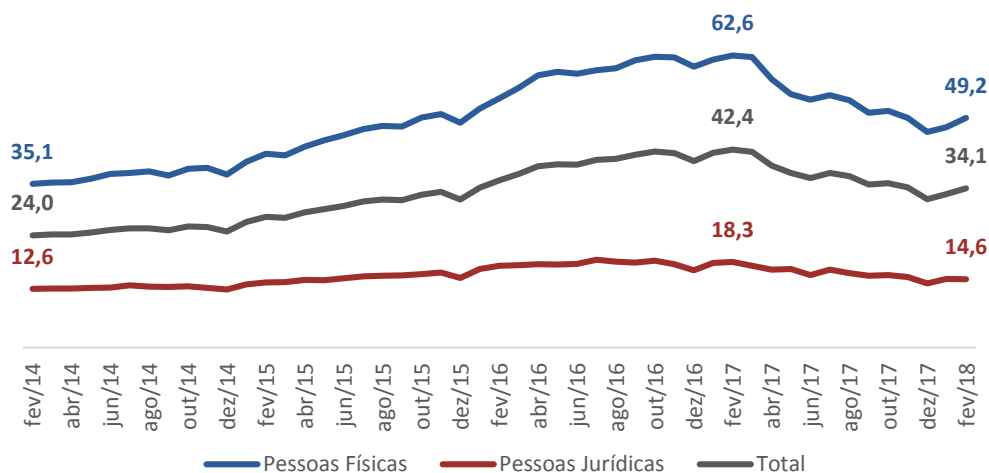
Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Um dado que chamou atenção neste começo de ano foi o aumento do nível dos spreads no Brasil. No caso do crédito livre, a tendência de queda que se apresentava nos últimos meses foi interrompida por altas do spread total em janeiro (1,1 p.p.) e fevereiro (1,2 p.p.).

O principal aumento se deu no spread para as pessoas físicas, registrando 2,0 p.p. a mais em fevereiro e totalizando 49,2%.

No caso do crédito direcionado o spread total se manteve em níveis mais baixos, no patamar de 5,1% em fevereiro, alta de 0,3 p.p. na comparação com janeiro. Para pessoas físicas o spread com recursos direcionados chegou a 4,3%, enquanto para as pessoas jurídicas foi a 6,5%.

A equipe econômica do Governo Federal tem trabalhado em agendas de reformas microeconômicas visando a melhoria do ambiente de negócios do país. Em fevereiro, após a suspensão das tratativas pela reforma da Previdência, foram reorganizadas 15 propostas neste sentido.

Gráfico 18 – Spread do Crédito Livre, por tipo de tomador - Brasil (%)

Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Fines

As reformas relativas ao mercado de crédito sinalizam na direção de promover maior concorrência entre as instituições financeiras, estimulando queda dos spreads bancários e do custo geral do crédito.

Neste mês de março o Banco Central e o Cade enviaram ao Senado um projeto de lei substitutivo visando selar acordo para melhorar a coordenação de suas atividades de defesa do Sistema Financeiro Nacional, trazendo mais eficiência, segurança jurídica e melhora nas análises concorrenciais, o que é visto como importante por especialistas do setor.

Outras medidas importantes, como a criação do Cadastro Positivo, poderão estimular a adimplência e proporcionar análises de crédito mais precisas, também com redução das taxas médias de juros.

A regulamentação das fintechs (startups do setor financeiro) que atuam no mercado de crédito, por parte do BC, também será importante para dar mais segurança jurídica às suas operações e credibilidade perante o mercado, possibilitando que ofereçam produtos e serviços financeiros de forma mais ágil e eficiente, com custos menores, e preenchendo lacunas de setores que por vezes não são alcançados pelo crédito das grandes instituições. A previsão é de que a proposta de regulamentação, já com discussão em curso, seja publicada em abril.

Em nova edição do estudo semanal que analisa o custo do crédito no Brasil a partir de um comparativo das taxas de juros aplicadas pelos grandes bancos de varejo do país, o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp (Depecon/Fiesp) apresentou os dados da primeira semana de março. Observando a variação da média total das taxas em comparação com a primeira semana de fevereiro, houve pequenas variações, com alta nas taxas para capital de giro, e queda nas demais.

Tabela 7 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica

Período Analisado: de 02/03/2018 a 08/03/2018

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicata		Adiantamento Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	-	-	-	-	2,5	34,4	2,0	27,1	0,3	3,4
Caixa Econômica	3,3	46,8	2,3	31,4	-	-	3,6	52,0	0,4	4,4
Santander	2,1	28,0	1,7	22,3	3,4	48,5	2,0	26,5	0,3	4,2
Itaú-Unibanco	2,0	26,5	1,6	20,9	4,1	62,5	2,0	26,4	0,3	3,9
Bradesco	2,2	30,1	2,2	29,2	2,6	35,4	1,5	19,9	0,3	4,0
Média Total	2,4	32,8	1,9	26,0	3,1	45,2	2,2	30,4	0,3	4,0
Variação Média Total*	0,1	1,3	-0,1	-1,0	0,0	-0,1	0,0	-0,2	0,0	-0,1

* Variação de p.p. em comparação com a Média Total do período de 31/01/2018 a 06/02/2018

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central

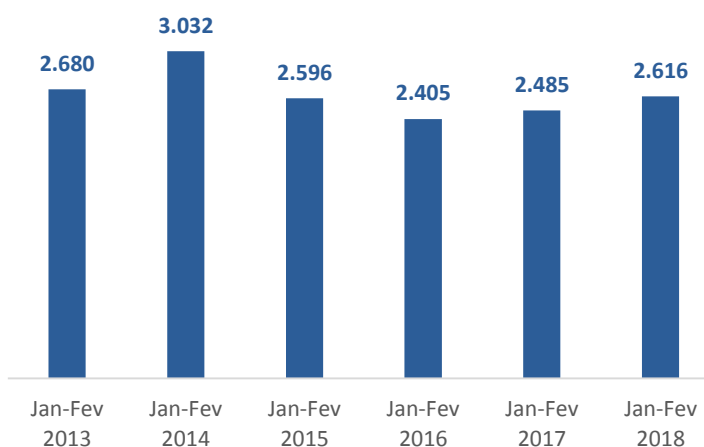
Elaboração: Depecon / Fiesp

6. Finanças Públicas Estaduais

Em janeiro e fevereiro deste ano, a receita total do Governo do Estado foi da ordem de R\$ 2,6 bilhões, resultado 5,3% maior que o do mesmo período de 2017, já descontando os efeitos da inflação. Além disso, este foi o melhor primeiro bimestre de arrecadação desde 2014, quando foram registrados R\$ 3,0 bilhões.

Um dos principais componentes da receita estadual, o ICMS também mostrou desempenho positivo. Foram R\$ 1,6 bilhão arrecadados no primeiro bimestre deste ano, o que representa 62,5% da receita total do período e significa uma ampliação de 7,7% em relação ao primeiro bimestre do ano anterior.

Gráfico 19 - Receita Total (Jan-Fev) - Espírito Santo, em R\$ bilhões (IPCA de Fev/2018)



Fonte: SIGEFES – Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 8 - Principais receitas¹ do Governo do Estado do Espírito Santo no primeiro bimestre de 2018 (em R\$)

	Janeiro (a)	Fevereiro (b)	No bimestre (c) = (a)+(b)	Previsão 2018 (d)	% Previsto (c) / (d)
Receita Total	1.211.396.781,51	1.404.531.031,72	2.615.927.813,23	16.686.484.451,00	15,68
Receita Tributária	985.612.157,75	860.817.414,58	1.846.429.572,33	10.566.501.027,00	17,47
ICMS	874.206.934,72	762.876.582,95	1.637.083.517,67	8.826.458.399,00	18,55
ICMS - Indústria	129.320.733,19	110.562.420,38	239.883.153,57	989.535.265,00	24,24
ICMS - Comércio	187.418.425,63	149.471.680,74	336.890.106,37	1.678.920.361,00	20,07
IPVA	20.636.752,69	18.378.510,28	39.015.262,97	473.605.816,00	8,24
Taxas	38.302.375,25	31.915.276,11	70.217.651,36	590.115.427,00	11,90
Transferências Correntes	348.715.989,93	616.690.784,67	965.406.774,60	4.898.830.199,00	19,71
FPE	115.804.638,61	160.073.665,80	275.878.304,41	1.454.690.376,00	18,96
IPI	19.857.538,37	20.257.680,07	40.115.218,44	228.935.356,00	17,52
Royalties Compensação	32.691.923,58	36.359.289,68	69.051.213,26	343.513.764,00	20,10
Royalties Excedente	26.234.327,55	29.076.071,37	55.310.398,92	277.668.450,00	19,92
Participação Especial	-	208.922.435,85	208.922.435,85	767.213.627,00	27,23
Transferências do SUS	45.652.510,36	49.896.177,94	95.548.688,30	637.470.000,00	14,99
Fundeb	78.948.870,78	79.123.521,46	158.072.392,24	877.808.000,00	18,01
Receita de Contribuições	165.627.072,48	195.619.939,64	361.247.012,12	2.605.455.000,00	13,87
Contribuições Sociais	165.627.072,48	195.619.939,64	361.247.012,12	2.605.455.000,00	13,87
Receitas de Capital	4.508.526,32	3.519.147,81	8.027.674,13	1.559.906.870,00	0,51
Operações de Crédito	54.801,65	-	54.801,65	1.328.830.000,00	0,00
(-) Deduções da Receita	- 413.452.523,70	- 373.473.350,32	- 786.925.874,02	- 4.398.474.767,00	17,89
Fundeb	- 163.993.021,35	- 155.095.748,25	- 319.088.769,60	- 1.750.534.393,00	18,23
Transferências aos Municípios	- 249.327.149,94	- 218.177.849,69	- 467.504.999,63	- 2.647.940.374,00	17,66

¹ a tabela não discrimina todos os itens das receitas

Fonte: SIGEFES - Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

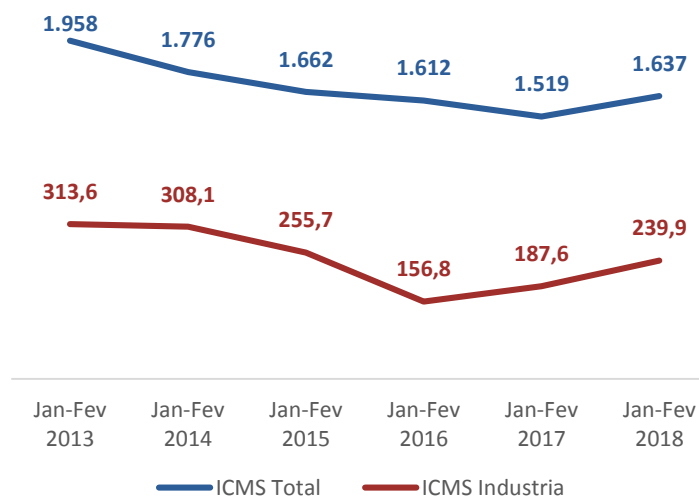
Dentro das receitas de ICMS vale destacar o montante proveniente das atividades industriais. Nos primeiros dois meses de 2017 o ICMS-Indústria havia totalizado R\$ 187,6 milhões, enquanto em 2018 chegou aos R\$ 239,9 milhões, um aumento real, descontada a inflação, de 27,9%.

Entre as transferências governamentais, uma importante receita para as unidades da federação é a do Fundo de Participação dos Estados (FPE)¹². No caso do Espírito Santo, a receita do FPE de janeiro e fevereiro de 2018 foi de R\$ 275,9 milhões, a melhor desde 2014, com um aumento de 8,9% em relação a 2017. Por serem vinculados à arrecadação de IR e IPI do Governo Federal, os repasses do FPE também passam por um momento de alta, tendo em vista a ampliação das receitas da União.

Outra transferência federal que mostra muita importância para as finanças capixabas é a proveniente das receitas do petróleo. Somando os royalties e as participações especiais no primeiro bimestre, o governo estadual já recebeu R\$ 333,3 milhões de reais, 24% do previsto no orçamento anual. Esse valor é 6,5% maior do que o do mesmo período de 2017 (que já havia sido um bom ano nas receitas de petróleo), e 62,5% maior do que o valor recebido em janeiro e fevereiro de 2016, que foi o pior dos últimos sete anos em relação a essa transferência.

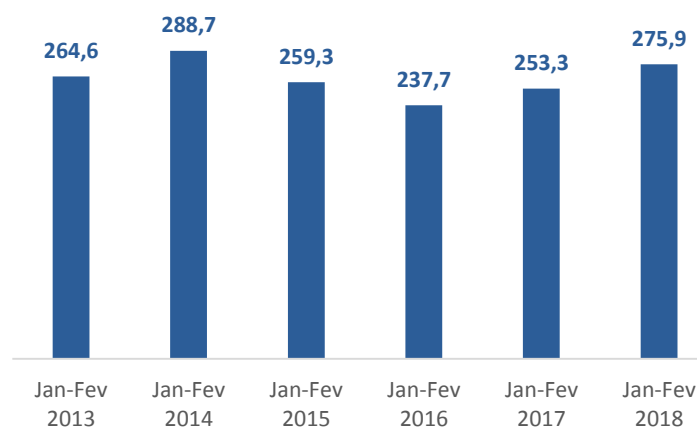
Ressalta-se que o Espírito Santo tem passado por meses de retração na sua produção de petróleo, no entanto, o preço do produto tem compensado essa queda (ver Tabela 6 e Gráfico 14 deste Boletim). O valor do barril de petróleo despencou em 2016, prejudicando bastante a arrecadação de royalties e participações especiais, mas teve boa recuperação em 2017, com previsões de se manter no mesmo patamar em 2018. Desta forma, os ganhos relativos na via do preço têm ajudado a ampliar as receitas de petróleo capixaba.

Gráfico 20 - Receitas de ICMS (Jan-Fev) - Espírito Santo em R\$ milhões (IPCA de Fev/2018)



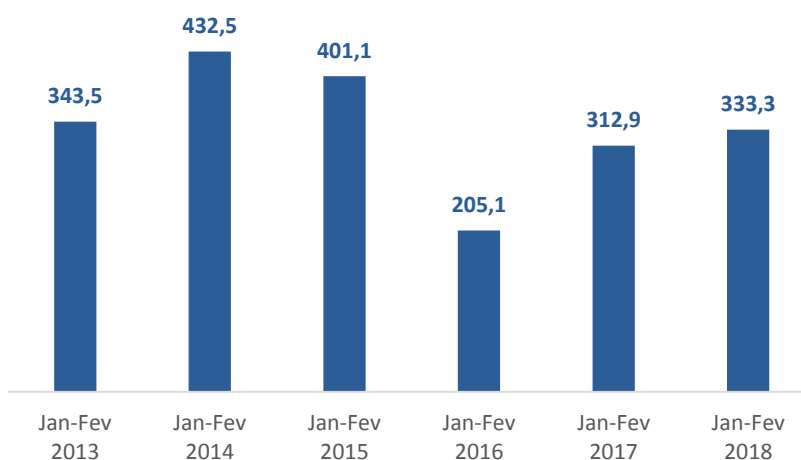
Fonte: SIGEFES – Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 21 - Receitas do FPE (Jan-Fev) - Espírito Santo em R\$ milhões (IPCA de Fev/2018)



Fonte: SIGEFES – Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

¹² O FPE consiste em uma transferência constitucional da União para os Estados e o Distrito Federal. Os recursos do Fundo provêm de 21,5% da arrecadação federal de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Cada Estado tem um coeficiente de distribuição próprio. Do montante total destinado a cada um, são descontados 1% para o Pasesp e 20% para o Fundeb. Os outros 79%, que chegam efetivamente aos cofres dos Estados, podem ser aplicados livremente, já que não há vinculação para o uso dos recursos do FPE.

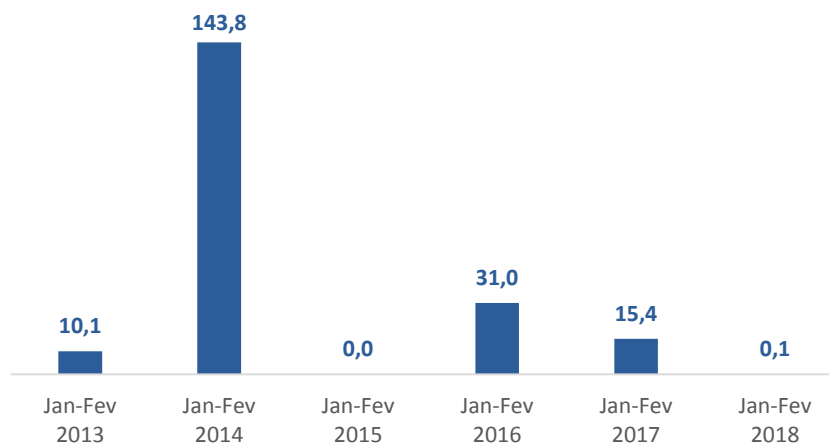
Gráfico 22 - Receitas do Petróleo (Jan-Fev) - Espírito Santo, em R\$ milhões (IPCA de Fev/2018)

Fonte: SIGEFES – Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

As receitas de operações de crédito, por sua vez, foram realizadas em baixíssimo montante no primeiro bimestre deste ano, apenas R\$ 54 mil reais. No entanto, essa não é uma receita que depende diretamente da arrecadação e da atividade econômica. As operações de crédito são basicamente operações de empréstimos ou financiamentos feitos por iniciativa dos governos, destinadas, em sua maior parte, para a realização de investimentos ou amortização de dívidas.

Assim como foi em 2017, o orçamento de 2018 do Governo do Estado reserva previsão orçamentária para investimentos na ordem de R\$ 1,5 bilhão.

Se a arrecadação continuar realmente acima do que se esperava na peça orçamentária, pode ser que o governo precise se endividar menos via operações de crédito e amplie os investimentos com recursos próprios.

Gráfico 23 - Receitas de Operações de Crédito (Jan-Fev) - Espírito Santo em R\$ milhões (IPCA de Fev/2018)

Fonte: SIGEFES – Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

7. Comentários Finais

Os dados do PIB trimestral do Espírito Santo revelaram que o Estado cresceu 1,7% no ano passado, acima do crescimento do Brasil, que foi de 1,0%. O resultado representa uma importante recuperação, após a queda de -9,3% do PIB capixaba em 2016.

Os indicadores macroeconômicos mantêm a trajetória esperada para este ano. A inflação ainda em níveis mais baixos possibilitou uma nova queda da taxa Selic em março, que chegou aos 6,50%. O Copom sinalizou expectativa de novo corte moderado na próxima reunião, a ser realizada em maio.

Na indústria os resultados de janeiro não foram tão bons, com queda da produção industrial no Brasil e no estado, no resultado mensal. Mas, no acumulado em 12 meses, o Brasil ainda apresenta crescimento, enquanto o Espírito Santo se mantém praticamente estável.

No comércio exterior o Espírito Santo fechou com saldo positivo na balança comercial do primeiro bimestre, porém de menor magnitude do que o mesmo período de 2017. O movimento está em linha com o esperado para o ano, com crescimento relativo das importações acima do das exportações e redução do saldo da balança comercial, embora continuando positivo.

A boa notícia para o setor, após certo período de apreensão, é de que, a princípio, a sobretaxação ao aço e ao alumínio, anunciada pelos EUA, não deve se aplicar ao Brasil, que é um de seus principais fornecedores destes materiais.

O primeiro bimestre de 2018 mostrou resultado positivo para os cofres públicos. No âmbito federal a arrecadação teve alta real de 10,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto para o Governo do Estado a receita aumentou 5,3% em comparação com janeiro e fevereiro de 2017.

No campo político se aproxima um momento importante para os encaminhamentos eleitorais de 2018. O dia 7 de abril é o limite máximo para troca de partidos, filiações de possíveis candidatos que ainda não tenham legenda, e desincompatibilização para aqueles que precisam abrir mão de seus cargos públicos para concorrer em outubro. Ainda que não sejam indicações efetivas das candidaturas, que só devem se confirmar entre julho e agosto, as movimentações deverão ser intensas e repercutirão no mercado político e econômico.

Lista de Siglas e Fontes dos indicadores utilizados nesta publicação

- ANP:** Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
BC: Banco Central do Brasil
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cade: Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Copom: Comitê de Política Monetária
Fecomércio-ES: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo
FED: Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos
Fiesp: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Findes: Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
FMI: Fundo Monetário Internacional
Focus: Relatório semanal organizado pelo BC, com expectativas de mercado de cerca de 130 instituições
FPE: Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
Funcex: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC: Índice de Atividade Econômica do Banco Central
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE/FGV: Instituto Brasileiro de Economia / Fundação Getúlio Vargas
IC-Br: Índice de Commodities Brasil
ICEI: Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IJSN: Instituto Jones dos Santos Neves
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados
IR: Imposto de Renda
LCA: LCA Consultores
MDIC: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MTE: Ministério do Trabalho
IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Pasep: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB: Produto Interno Bruto
PIM-PF: Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física
PMC: Pesquisa Mensal do Comércio
PMS: Pesquisa Mensal de Serviços
RMGV: Região Metropolitana da Grande Vitória
SEFAZ: Secretaria de Estado da Fazenda
Selic: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIGEFES: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo
SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública
STN: Secretaria do Tesouro Nacional

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do IDEIES - Instituto de Desenvolvimento
Educativo e Industrial do Espírito Santo
Entidade do Sistema Findes | Gerência de Estudos Econômicos

 (27) 3334-5689

 ideies@findes.org.br

 @ideies

 **IDEIES**

 **Sistema
FINDES**